

# JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA IMENES

Jefferson Rudy/Agência Senado



Wolney chama atenção para dificuldade de aposentar

## Ministro descarta nova reforma da Previdência

O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, se posicionou contra a realização de novas reformas no sistema previdenciário. Wolney defendeu “medidas alternativas” para lidar com o rombo da Previdência.

A última reforma da Previdência foi promulgada pelo Congresso Nacional em 2019. Entre as principais mudanças, está que quem entrar no mercado

de trabalho se aposenta no mínimo aos 65 anos, se homem, e aos 62 anos, se mulher.

“Não sou defensor de novas reformas porque cada vez que se reforma a Previdência, ou aumenta a alíquota, ou aumenta o tempo para se aposentar. Cada vez mais fica difícil para o trabalhador e o servidor público conseguirem aposentar”, disse Wolney.

### Termo aditivo

Foi assinado um termo aditivo ao acordo interinstitucional homologado pelo Supremo Tribunal Federal que viabiliza o ressarcimento das vítimas de descontos associativos não autorizados em benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social.

De acordo com Wolney,

não será realizada neste momento uma busca ativa pelos aposentados que ainda não solicitaram o reembolso dos descontos indevidos. A ideia é evitar que criminosos se passem por agentes do INSS para aplicar novos golpes. O INSS já ressarciu cerca 3,7 milhões de aposentados.



Sebrae

Setor de comércio impulsiona o registro de MEIs (26,5%)

## PL que permite servidores atuarem como MEIs avança

O projeto de lei que permite ao servidor público federal atuar como microempreendedor individual (MEI) avançou mais um pouco no Senado, onde foi originado. A proposta do senador Nelsinho Trad (PSD-MS) está pronta para ser pautada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A relatoria está com o senador Irajá

(PSD-TO).

O Projeto de Lei (PL) 2.332/2022 permite que o servidor atue como MEI, exceto se ocupar cargo em comissão ou de confiança, e observados os conflitos de interesses. O MEI tem teto de faturamento de até R\$ 81 mil por ano (R\$ 6.750 ao mês) e inclui mais de 400 tipos de atividades.

### O que muda com a proposta

Atualmente, a legislação em vigor proíbe que o servidor federal trabalhe no comércio, na gerência ou na administração de empresa privada, o que poderá ocorrer, caso seja aprovada a proposta.

No entanto, permanecerá o veto em casos abordados pela lei sobre atividades

des conflitantes e de dedicação exclusiva. Os servidores públicos, porém, já podem exercer outras atividades remuneradas, como a possibilidade de acumulação de cargos públicos ou mesmo no setor privado, sem que haja conflito de interesse.

### Alguns vetos serão mantidos

Dessa forma, o que muda com a proposta é apenas a possibilidade de exercer comércio, gerência ou administração de empresa privada enquanto MEI — permanecendo o veto em casos abordados pela lei sobre atividades conflitantes e de dedicação exclusiva.

A permissão ou não para que o servidor possa atuar como MEI varia de acordo com os estatutos de cada ente federativo. No caso do Estado do Rio seus servidores estaduais podem empreender desde fevereiro de 2024, a partir de um parecer da Controladoria-Geral do estado.



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Projeto da reforma administrativa foi protocolada na Câmara dos Deputados no dia 28 de outubro

Por Martha Imenes

A reforma administrativa recém apresentada na Câmara dos Deputados tem apontado divergências profundas entre o Grupo de Trabalho, coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD/RJ), o presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, e entidades representativas de servidores. Com tantos tropeços e defesas sobre a manutenção de penduricalhos a reforma corre o risco de ficar parada na Casa. O principal ponto de divergência, que são os supersalários, devem continuar na mesma. Agora apareceu mais uma proposta que envolve o chamado “penduricalho”: deputados da reforma administrativa votaram a favor de penduricalho no Tribunal de Contas da União (TCU).

Pela regra do PL 2829/25, os servidores do órgão de controle receberão um dia de licença por cada três trabalhados. Essa “folga” poderá ser convertida em dinheiro. A medida é enquadrada como “licença compensatória”, fica livre da cobrança de Imposto de Renda e não precisa obedecer ao teto salarial do funcionalismo. Estimativas de consultores legislativos, os contracheques no TCU poderão ultrapassar R\$ 90 mil por mês.

Importante destacar que a Proposta de Emenda à Cons-

# Câmara aprova ‘penduricalho’ para o TCU

Para sindicalista, reforma administrativa atende às expectativas do mercado e precisa ser barrada

tituição (PEC) 38 teria como um de seus capítulos a “extinção de privilégios” no funcionalismo público, mas a maioria dos deputados que formou o grupo de trabalho responsável por sua elaboração votou a favor do novo “penduricalho” aos servidores do TCU aprovado pelo plenário da Câmara na quarta-feira (26).

### Apresentação

A PEC da reforma administrativa foi apresentada pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), mas é fruto das discussões que um grupo de trabalho formado por 18 parlamentares na Câmara. O GT funcionou por 45 dias e tinha Pedro Paulo como coordenador.

O texto apresentado prevê uma série de travas para os supersalários. Veda, por exemplo,

a incorporação de adicionais à remuneração e limita a conversão de licenças em dinheiro. Mas isso caiu por terra.

Outros três deputados estavam ausentes na sessão da Câmara que deliberou sobre o texto: André Figueiredo (PDT-CE), Gilberto Abramo (Republicanos-MG) e Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR).

### Fachin se reúne com Motta

Três dias após a aprovação do penduricalho no TCU, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin se reuniu no dia 29 com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), para discutir projetos prioritários ao Poder Judiciário.

Segundo interlocutores, o

presidente Fachin teria pedido avanço das propostas que aumentam benefícios a servidores do Judiciário e disse a Motta que uma possível reforma administrativa deve ser feita de forma “republicana”.

No encontro, o presidente do Supremo teria defendido a aprovação do projeto de lei que garante reajuste no salário de servidores do Judiciário Federal. A recomposição, de acordo com o texto, deverá ser implementada em três parcelas cumulativas em 2026, 2027 e 2028.

A urgência do projeto foi aprovada pela Câmara na terça-feira (28). Com isso, o texto poderá ser votado diretamente no plenário da casa assim que for pautado por Motta, sem precisar passar por comissões temáticas.

# ‘A quem interessa acabar com a estabilidade do servidor público?’

Agência Câmara



Coordenadora-geral da Fenajufe e diretora do Sisejufe, Soraia Marca, integrou a mesa

social brasileiro, e manter a rede de proteção que atende principalmente a população mais vulnerável. E questionou: “A quem interessa acabar com a estabilidade do servidor público?”

Para fundamentar a questão, Soraia relembrou denúncias recentes que vieram à tona graças ao trabalho de servidores estáveis — casos envolvendo joias ilegais e desvios na Previdência. “As duas denúncias foram feitas por servidores públicos estáveis, servidores do quadro. Isso não é à toa”, disse.

A dirigente explicou que o texto proposto por Hugo Motta e Pedro Paulo atinge diretamen-

te a estrutura do Estado ao enfraquecer a estabilidade, elemento que garante um serviço público coerente e comprometido com a população. “Quando você quebra a estabilidade, abre uma porta para o aparelhamento do Estado, para os indicados políticos, para os cabides de emprego”, afirmou. Segundo ela, quem assume cargos por apadrinhamento passa a servir aos interesses do político que o indicou, e não ao interesse público.

Soraia alertou ainda que a reforma está sendo utilizada como instrumento para ampliar a transferência de recursos públicos para entidades privadas.

O sucateamento do serviço público provocado, inclusive, pela limitação de investimentos prevista na PEC, seria, segundo ela, uma estratégia intencional para fragilizar, terceirizar e privatizar funções essenciais do Estado.

Ela concluiu reforçando a posição da Fenajufe e a necessidade de mobilização conjunta. “Nós estamos aqui, a Fenajufe está aqui presente na luta. Precisamos dizer não à quebra da estabilidade, dizer não a esse texto. Temos que ir às ruas, juntos e unidos, para vencer novamente essa tentativa do mercado de acabar com o Estado de proteção social deste país.”